

CASO DANIEL

Saiba porque a Adusp encampou esta causa

Pág. 3

Distúrbios na USP

Um garoto de 15 anos morreu na raia da USP no domingo de Finados, em circunstâncias que estão sendo apuradas. Este grave acidente desencadeou uma série de críticas sobre a atual gestão da Reitoria da USP. Na quinta-feira, após o enterro, foi realizado um Ato de Protesto e de Reflexão sobre a Violência no Campus. Cerca de 300 pessoas, entre professores, alunos, funcionários e populares participaram do evento. Infelizmente, por razões já difundidas e comentadas pela imprensa, cerca de 40 garotos que participavam das manifestações acabaram quebrando algumas vidraças de prédios e incendiando três guaritas da USP. A política de exclusão social está na raiz destes tristes episódios. Só o reitor e alguns poucos professores não vêem isto. Eles preferem ignorar esta dura realidade e manter a crença absurda de que o simples isolamento da Universidade irá preservá-la da fúria dos excluídos e marginalizados.

Nas declarações do reitor à imprensa, a Associação dos Docentes (Adusp) foi acusada de ter promovido o ato de protesto contra a violência no campus com fins políticos. É importante informar que, em nenhum momento, prevaleceu, na condução da Adusp, qualquer interesse que não fosse o esclarecimento dos fatos e o justo reparo dos danos causados à imagem da Universidade junto à opinião pública nacional. Diante da omissão da Prefeitura do Campus, que se negou até a receber a imprensa, e da nota cínica da reitoria sobre a morte do garoto, a Adusp agiu rapidamente. Procurou ouvir o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, a Procuradoria de Justiça do Estado, lideranças de vários partidos na Assembleia Legislativa e o Núcleo de Estudos sobre a Violência, para definir a melhor forma de atuação no caso.

Todo o esforço da entidade, que procurou evitar manifestações paralelas e desgastantes, reunindo num único ato estudantes, funcionários e familiares do garoto morto, foi no sentido de manter sob controle o protesto e a indignação que cresciam em todos os setores da sociedade. A imprensa, de uma maneira geral, soube informar a contento esses episódios. Não fosse, portanto, a firme e corajosa decisão da Adusp de organizar os protestos, seguramente o campus teria sido alvo de manifestações muito mais violentas. A Adusp lamenta que a insensibilidade política da atual gestão da Universidade tenha contribuído para fomentar a revolta e os distúrbios, provocados por jovens adolescentes, em repulsão à forma como são tratados pela segurança do campus de São Paulo. Juntamente com o DCE, a APG e o Sintusp, ela pretende acompanhar a sindicância dos fatos, responsabilizar os culpados e contribuir a fim de que a USP discuta esta questão e encontre respostas para o grave problema da exclusão social que macula, tão fortemente, a imagem da maior universidade pública brasileira.

Pág. 2

Privatização da Previdência

Diretores das Associações Docentes da USP, Unesp e Unicamp se manifestaram contrários à proposta do governo Mário Covas de implantar, em 1998, um sistema de previdência privada para professores e funcionários das três universidades. Pelo novo sistema, o trabalhador vai receber de aposentadoria o que "comprar" durante o período de capitalização.

Pág. 8

Novo Reitor assume dia 25

O professor Jacques Marcovitch assumirá dia 25 deste mês o cargo de reitor da USP. Ele obteve maioria absoluta em votação ocorrida no "coleginho" (integrado por membros do CO e Conselhos Centrais) e teve seu nome homologado pelo governador Mário Covas. Em consulta realizada pela Adusp, Marcovitch ficou em segundo lugar, perdendo para o professor Erney Plessmann de Camargo. A surpresa é que, apesar de ser o primeiro na consulta Adusp e segundo na eleição do "colegião", Erney ficou fora da lista tríplice encaminhada ao governador.

Injustiça em concurso do IME

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística (IME) indeferiu recurso do professor Daci-berg L. Gonçalves, reprovado em concurso para titular. Dois concursos foram realizados no IME, dias 6 e 7 de outubro, mas a banca que os julgou adotou critérios diferentes de julgamento.

Pág. 6

Atendimento durante as férias

A sede e sub-sedes da Adusp estarão em recesso entre os dias 24 de dezembro e 2 de janeiro de 1998. Durante os meses de férias haverá plantão da diretoria da entidade com o propósito de atender os associados. No mês de janeiro, o serviço de consultoria jurídica na sede da capital estará suspenso. O atendimento será feito através do escritório dos advogados, pelos telefones (011) 256-9588 ou 256-9790.

Marcovitch é o novo reitor da USP

Jacques Marcovitch, professor titular da Faculdade de Economia e Administração e atual pró-reitor de Cultura e Extensão, foi eleito para administrar a Universidade de São Paulo até o ano 2.001. No "coleginho" (integrado por membros do CO e dos Conselhos Centrais), ele obteve maioria absoluta. Na consulta realizada pela Adusp, em outubro, Marcovitch ficou em segundo lugar.

O professor Jacques Marcovitch, atual Pró-reitor de Cultura e Extensão, assumirá o cargo de reitor da USP ainda este mês. Dos oito nomes que concorreram à lista tríplice no dia 6 de outubro, Marcovitch teve a maioria absoluta: 138 dos 264 votos possíveis. A segunda colocada foi a professora Myriam Krasilchik, atual vice-reitora, e em terceiro o professor Adolpho Melfi, Pró-reitor de Pós-Graduação. No dia seguinte à eleição do coleginho (integrado por membros do Conselho Universitário e dos Conselhos Centrais), o governador Mário Covas, mantendo a tradição, escolheu para reitor o primeiro nome da lista tríplice.

A Adusp acompanhou e interferiu no processo eleitoral realizando debates, publicando a opinião de cada um dos

candidatos sobre temas relevantes para a universidade e promovendo uma consulta junto à comunidade de professores da USP. Desta consulta, realizada nos dias 20 e 21 de outubro, participaram 1.289 docentes. O professor Jacques Marcovitch ficou em segundo lugar com 182 votos, perdendo para Erney Plessmann, 498 votos.

O Informativo Adusp, edições 22, 23, 24, 25 e 26, publicou respostas de todos os candidatos a questões elaboradas pela diretoria da Adusp. Publicamos abaixo as principais linhas de pensamento apresentadas pelo professor Jacques Marcovitch:

Cert: Deve ser aperfeiçoada, mas não extinta. Atualmente tem uma exagerada concentração de poderes que devem ser descentralizados (dividir com o CO).

Contratos precários: São um problema, pois colocam o professor numa situação vulnerável. Este problema deve ser contextualizado junto à política de Recursos Humanos da USP.

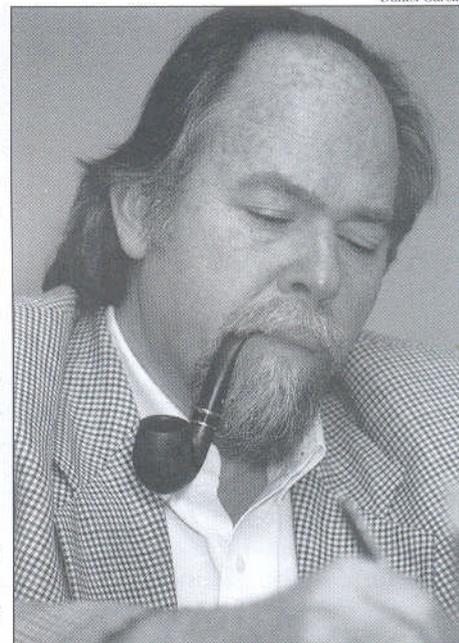
Política Salarial: Pode ser mudada. Mas o importante é associar salários justos, melhores benefícios e uma solução inovadora para a questão da previdência.

Flexibilização do RDIDP: A flexibilização deve ser mantida, com um aprimoramento do acompanhamento, estudando-se caso a caso.

Isonomia Salarial: Deve ser preservada, adotando-se indicadores de desempenho para as três universidades estaduais e premiar, financeiramente, os professores de acordo com seus resultados nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Ensino pago na USP: Contra. Importa mais a presença da USP na sociedade do que a presença de um determinado grupo social em seu corpo discente. Além do mais, tal medida contribuiria pouco na sua receita.

Reforma do Estatuto da



Daniel Garcia

USP: Sim, mas gradativamente. Uma reforma ampla é inoportuna e paralisante, afastando o reitor dos problemas cruciais da universidade.

Acesso de doutores e associados a todos os cargos da USP: Sim, desde que eles, os doutores e associados, queiram. As funções administrativas inibem a carreira acadêmica podendo, por isto, serem prejudiciais no início da vida de um professor.

Adusp

Diretoria:

Jair Borin, Osvaldo Coggiola, Marcos N. Magalhães, Iraci Palheta, Ildo Luís Sauer, Lígia B. Horodynski-Matsushigue, José Moura Gonçalves Filho, Paulo Y. Kagayama, Antonio César Fagundes, Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

Assistente de redação:

Eduardo Lima

Projeto Gráfico:

Argeu Godoy

Edição de arte e diagramação:

Luís Ricardo Câmara

Secretaria: Alexandra Carillo e Aparecida de Fátima dos Reis Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves

e Walter dos Anjos

Tiragem: 6.000 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Bureau Bandeirante

Impressão: Gráfica Poolprint

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

05508-900 - São Paulo - SP

Tel: (011) 813-5573

Fax: (011) 814-1715

e-mail: aduspsp@org.usp.br

De turno em turno a reitoria enche o cargo

Para entender o resultado da eleição do Reitor da USP, não é preciso ser doutor em estatística, nem mesmo em política. A não ser na política rasteira de gabinete, que domina os corredores de nossa (?) universidade. A Adusp, após os debates públicos e a ampla divulgação de propostas e idéias dos candidatos através de seu Informativo, promoveu uma consulta en-

tre os docentes. Nesse 1º turno, dos 1289 docentes que votaram, 38,6% escolheram o professor Erney como Reitor, ficando o professor Marcovitch em segundo lugar com 14,1% das indicações. No 2º turno (o "coleginho"), com um resultado que já indicava a influência da pequena política de gabinete, os 1166 eleitores colocaram três candidatos praticamente empatados: Myriam,

Erney e Marcovitch. No 3º turno (o "coleginho"), 258 eleitores excluíram o professor Erney da lista tríplice e o professor Marcovitch foi indicado Reitor pelo Governador. Assim, além do muro que separa fisicamente a USP de sua vizinhança, existe um muro que separa acadêmica e politicamente a estrutura de poder da USP dos que nela trabalham e estudam.

Por que a Adusp entrou nesta causa?

Cronologia dos acontecimentos e o posicionamento da entidade diante dos graves acontecimentos que resultaram na morte de Daniel Pereira de Araújo.

As pessoas que não são capazes de se indignar contra as injustiças acabam abdicando da sua condição de seres humanos, já alertava Brecht em um de seus ensaios. Ciente de seu papel, a Adusp tomou conhecimento dos fatos de domingo de Finados, na raia da USP, a partir de terça-feira. Desde então passou a se mobilizar para que o grave problema do desaparecimento do menor Daniel Pereira de Araújo, de 15 anos, fosse elucidado.

Daniel havia desaparecido no domingo à tarde, depois de ser perseguido por um dos seguranças da Universidade quando saía das águas da raia, onde tomava banho com outros oito garotos da favela Jardim São Remo, todos menores, com idades variando entre 9 e 15 anos. Pelo menos quatro deles foram surrados com varas por dois seguranças, enquanto o terceiro, de moto, procurava deter Daniel. Um dos garotos havia visto Daniel, pela última vez, nessas circunstâncias, conforme depoimento registrado na 93ª. Delegacia de Polícia, que atende as ocorrências verificadas no campus.

Telefonemas anônimos diziam que o corpo de Daniel havia sido escondido no bosque da Universidade. Na terça-feira, a polícia vasculhou o local e nada encontrou. Ainda na terça, bombeiros percorreram e mergulharam em vários pontos da raia, também sem êxito. Nessa mesma noite, a Associação dos Docentes da USP, o Diretório Central dos Estudantes, o Sintusp, a Associação dos Moradores da USP, a As-

sociação dos Moradores da Favela Jardim São Remo, o Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia (SINTPQ), a Associação de Funcionários do IPEN, Projeto Minha História e representantes dos servidores no CO reuniram-se e decidiram cobrar em conjunto, da Reitoria, o paradeiro de Daniel. Durante a tarde da própria terça-feira, o presidente da Adusp fez várias gestões - Centro Santo Dias de Direitos, Procuradoria Geral do Estado, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e o Núcleo de Estudos sobre a Violência, da USP -, procurando orientação para agir no caso.

Na manhã de quarta-feira, segundo nota da própria Reitoria, o corpo do garoto havia sido encontrado às 3 horas da madrugada, boiando na raia, por seguranças do campus. Retirado pelos bombeiros, o corpo foi autopsiado e o resultado parcial fornecido ao delegado que preside o inquérito. Em nota oficial, a reitoria concluía, apressadamente, que a causa mortis era afogamento e justificava a atuação dos seguranças, alertando sobre a necessidade de preservação do patrimônio da Universidade.

Diante da gravidade do fato, a Adusp insistiu em marcar uma audiência com o reitor e pautou suas atividades pela criação de uma comissão que viesse a apurar as circunstâncias da morte com a maior isenção e seriedade. Enquanto isso, a imprensa já repercutia a morte em quase todos os veículos de comunicação. Os repórteres procuravam a Adusp, uma vez que

o prefeito do campus, professor Antonio Martins, que o reitor havia citado como responsável pelas informações, se negava a receber os jornalistas empenhados na cobertura da matéria.

Sensibilizadas pela gravidade dos acontecimentos, as entidades que haviam se reunido terça-feira marcaram um ato de Protesto e de Reflexão, em frente ao Conselho Universitário, para as 9 horas da manhã de quinta-feira. O horário acabou sendo transferido para as 13 horas, de comum acordo com familiares do menor, que previam o sepultamento por volta das 11 horas de quinta. Apesar de alguns pequenos incidentes, os organizadores do ato conseguiram manter o controle da situação até a chegada dos ônibus que regressavam do cemitério, trazendo os alunos da escola onde Daniel estudava, parentes, familiares e alguns populares. O relato de adolescentes que já haviam sofrido maus tratos por parte da segurança da USP e de uma das crianças açoitada no domingo provocaram forte emoção. Então, alguns manifestantes, adolescentes, começaram a promover pichações e a desferir pedradas nas vidraças dos prédios vizinhos. Mesmo nessas circunstâncias, a organização do ato mantinha controle, projetando uma retirada organizada em direção à favela São Remo, quando, então, caiu pesado aguaceiro.

A forte chuva acabou por desorganizar totalmente a passeata prevista e pequenos bandos de adolescentes passaram a depredar pontos de ônibus e vidraças de algumas

unidades da Universidade. Eles acabaram queimando três postos da segurança, arrancaram portões de acesso da favela ao campus e danificaram trechos do muro. Não fosse o empenho da Adusp e das entidades presentes, na condução do ato, as manifestações espontâneas dos garotos revoltados com a morte de Daniel teriam tido maiores repercussões.

Na tarde de sexta-feira, uma comissão integrada por um representante dos professores, um dos estudantes e outro dos funcionários da USP foi recebida pelo reitor num clima de reflexão. A presidência da Adusp solicitou o empenho da Reitoria na apuração dos fatos e sua confiança no trabalho do professor Paulo Sérgio Pinheiro, nomeado, ainda na quinta-feira, para presidir a comissão encarregada de apurar as circunstâncias e as causas da morte do garoto Daniel. Segundo informou o reitor, ficaria a critério deste professor a integração de um representante de cada uma das entidades nesta mesma comissão. A reitoria informou que havia agido no sentido de evitar confronto com os manifestantes, no dia anterior, a fim de diminuir as tensões. E garantiu que não imputava culpa a nenhuma das entidades pelos danos ocorridos durante os incidentes da quinta-feira. A Adusp acredita, em função das inúmeras manifestações de apoio que recebeu de vários setores da sociedade e, inclusive, de familiares do menor morto, ser indispensável uma reflexão profunda sobre estes acontecimentos.

O segundo incêndio da USP

Jair Borin

A USP ardeu duas vezes, ambas de forma trágica e contra o autoritarismo. A primeira em 1968, na Maria Antônia, no auge da resistência à ditadura militar. A segunda na última quinta-feira, quando grupos de garotos excluídos socialmente passaram a depredar prédios, queimar guaritas e destruir o muro de três metros de altura, símbolo de uma administração do campus que insiste em isolar a universidade da comunidade que a envolve.

“A USP é dos bacanas; nós também somos gente.” Esse era o refrão dos garotos da favela Jardim São Remo e de outras comunidades próximas ouvido nas manifestações de protesto contra a morte do menor Daniel Pereira de Araújo, de 15 anos, que pulou o muro na tarde de Fimados para nadar na raia da universidade.

O muro da USP mostra a insensibilidade da reitoria no trato de uma questão profundamente arraigada na sociedade brasileira: a do direito à cidadania.

A elite universitária, a exemplo das demais elites do país, prefere fechar os olhos aos graves problemas sociais a encará-los e procurar soluções. Apenas os que já têm poder e prestígio são chamados para o banquete. Para eles, tudo. Das melhores condições de vida às vagas nos melhores cursos universitários das nossas faculdades públicas, gratuitas e de qualidade. Para os pobres, os negros, os sem-terra, a exclusão social, a repressão.

Apenas 3% dos jovens brasileiros conseguem ingressar numa faculdade. Desses, somente 1% nas universidades públicas e gratuitas. Em contrapartida, cerca de 20% dos jovens norte-americanos se formam num curso superior.

O sentimento de exclusão social marca profundamente o jovem adolescente, talvez mais do que o adulto, já sofrido e calejado. Morar ao lado da USP, ver o seu centro de práticas esportivas, campos de futebol, quadras, piscinas, jardins e não poder frequentá-los magoa profundamente. E, embora despolitiza-

dos, muitos desses jovens sabem que tudo isso é mantido com a verba de tributos que incidem mais pesadamente sobre a população de baixa renda.

A mágoa represada explode muitas vezes num protesto efêmero, violento, não raro devastador. Infelizmente, a USP ardeu motivada pela morte de um menor que se banhava nas águas proibidas de seu lago reservado, apenas, para a prática do remo, esporte inacessível ao povão.

Na favela São Remo, onde moram em condições precárias cerca de 2.000 famílias, muitas delas de servidores da própria universidade, dor e revolta.

Enquanto a elite que pensa o país continuar achando que basta um muro de três metros, com uma segurança mal treinada, para defendê-la do assédio dos excluídos, a barbárie se ampliará por todos os segmentos da sociedade. Ela está aí, todos os dias, na rebelião nos presídios, na Febem, nas ruas da cidade e, agora, no interior da maior universidade pública do país.

(Folha de S. Paulo, 10/11/97)

Morte na USP

Editorial da Folha de S. Paulo

A nota da Universidade de São Paulo sobre a morte de um garoto de 15 anos, encontrado boiando na raia olímpica da Cidade Universitária, é no mínimo precipitada ao afirmar que ele “provavelmente foi vítima de afogamento, por tentar usar o local para a prática de natação”.

Até agora, sabe-se apenas que Daniel de Araújo e oito amigos nadavam na raia —o que é proibido— quando foram abordados por dois seguranças da universidade. Dois garotos escaparam e seis dizem ter sido espancados, o que exames do IML comprovaram em relação a quatro.

Segundo os amigos, Daniel foi visto pela última vez na margem da raia, fu-

gindo. Seja qual for a causa da morte, que, diga-se, o IML afirma estranhamente que levará no mínimo 15 dias para apurar, há fortes indícios de que a guarda da USP atuou de forma truculenta no episódio. A nota da USP, porém, limita-se a atribuir a culpa aos meninos e observa, de forma apressada, que não pesa “imputação de ilícito” sobre os guardas.

O mínimo que se poderia esperar da USP, até pela história e características da universidade, seria o repúdio à violência e não a complacência diante do caso, no qual os guardas são acusados de repetir vícios de maus policiais. É elogiável, no entanto, que a mesma nota anuncie a formação de uma comissão independente, constituída por Pau-

lo Sérgio Pinheiro e Fábio Konder Comparato, conhecidos militantes da causa dos direitos humanos, e Ivete Ferreira.

Tal medida, porém, aparece como um sinal de bom senso que contrasta com as primeiras declarações do reitor, Flávio Fava de Moraes, que se limitou a acusar os jovens favelados de “imprudência” sem ao menos mencionar os prováveis excessos dos seguranças. A essa infelicidade somaram-se outras, ainda maiores. Manifestação contra a morte de Daniel degenerou em depredações e incêndios —sempre inaceitáveis de prédios da USP. São tristes sintomas de degradação social e moral no campus da maior universidade do país.

(Folha de S. Paulo, 7/11/97)

A depredação da USP

Maria Rita Kehl

A USP amanheceu, na última quinta-feira, coberta de vergonha. Um menino foi morto dentro da Cidade Universitária, em circunstâncias que só com muita má-fé poderíamos considerar "misteriosas", uma vez que seis outros adolescentes testemunharam (e sofreram) boa parte do que aconteceu.

Daniel Pereira de Araújo e seus amigos da favela São Remo, no domingo retrasado, cometeram a contravenção de nadar na raia olímpica da Cidade Universitária. Perseguido por um segurança de moto, o garoto correu ao longo da raia, enquanto os amigos eram espancados por outro membro da guarda "desarmada" da universidade.

Daniel desapareceu, e seu corpo foi encontrado boiando nas águas da raia. Foi morto a pancadas? Atropelado pela moto do segurança? Atirou-se na água para fugir e se afogou sem ter sido socorrido por quem o perseguia?

Qualquer das hipóteses é tenebrosa o suficiente para nos envergonhar e já deveria ter feito a reitoria da USP vir a público se lamentar, se desculpar e promover, junto com a coletividade, se não uma forma de reparar o irreparável, pelo menos um ato simbólico que marcasse uma posição de profunda condenação diante do que aconteceu.

Mas não. A resposta oficial da reitoria é uma peça de cinismo e má-fé em que se reconhece a marea autoritária do período dos governos militares, o descompromisso com a verdade e a pressa em livrar a cara dos responsáveis diretos e indiretos pelo crime.

Depois de lamentar rapidamente "os fatos ocorridos", a reitoria apressa-se em culpar, em primeiro lugar, as vítimas, que sabiam dos riscos que corriam; em seguida apresenta, antes de investigação, a versão pessoal escolhida pelo magnífico reitor: "O menino Daniel, encontrado na madrugada de hoje na raia olímpica, provavelmente foi vítima de afogamento por tentar usar o local para prática de natação".

As associações dos alunos, profes-

res e trabalhadores da USP divulgaram uma nota informando que violências e abusos têm sido frequentes por parte dos seguranças desde que a USP foi fechada para o público. É claro que o assessor da prefeitura da universidade alega não ter sido informado de nada.

Éramos melhores nos tempos do regime militar. Quando os direitos humanos eram ameaçados por um governo ilegítimo, a universidade mantinha um compromisso claro com a democracia, contra o autoritarismo.

O campus, hoje fechado para a população vizinha em nome da "preservação de seus equipamentos" (para isso, bastava orientar os seguranças, em vez de espancar "invasores" e ameaçar estudantes e moradores do Crusp), durante 40 anos foi uma grande área verde e de lazer aberta ao público.

O fechamento da Cidade Universitária, como lembrou o professor e jornalista Bernardo Kucinski em debate sobre direitos humanos na Maria Antônia, simboliza o atual descompromisso da universidade com a população, com a defesa dos interesses públicos, com o combate às desigualdades sociais com as quais sofremos todos os brasileiros.

O magnífico reitor Flávio Fava de Moraes, ao excluir do "seu" campus toda a população de uma cidade que sofre com a falta de áreas verdes e de lazer, contribui com o aumento da delinquência que pretende manter do lado de fora dos muros da USP.

Então ele não sabe que a exclusão motiva a criminalidade? Estará tão mal informado em relação ao próprio saber produzido pela academia? Pesquisas recentes em sociologia e urbanismo demonstram que a criminalidade e a delinquência tendem a diminuir nas regiões da cidade em que a população tem acesso a bens como áreas esportivas, parques, obras de arte —um pouco de beleza, de cidadania, de cultura.

Mas não. A delinquência, para o reitor da maior universidade pública do país, parece ser problema exclusivo da

polícia; não tem nada a ver com as condições de cidadania para as quais a universidade tem o dever de contribuir.

Ainda assim, Daniel não era um delinquente. Morando ao lado do campus, onde provavelmente jogou bola e passeou antes do fechamento, devia viver inconformado, como nós, com o desperdício e o absurdo daquele espaço fechado nos fins-de-semana. A pequena transgressão que cometeu poderia ter sido evitada se o campus estivesse aberto ao público naquele domingo de calor —assim como a violência que o matou, já que atos de covardia não costumam ser praticados diante de testemunhas.

Imagino que hoje privadas, jardins, orelhões e outros "equipamentos" que a reitoria fez por preservar pela via autoritária da exclusão estejam todos bonitinhos e bem conservados.

A depredação, porém, existe onde ninguém vê. A instituição foi depredada. Os ideais de justiça social e democracia que caracterizam a USP foram depredados. A julgar pela nota da reitoria, até o compromisso com a verdade está sendo depredado. Cabe a alunos, professores e trabalhadores restaurar o patrimônio ético da nossa universidade, antes que seja tarde demais.

(Folha de S. Paulo, 10/11/97)

Painel do Leitor

Folha de S. Paulo, 10/11/97

"Mais lamentável do que a insensibilidade da USP para com a população quando resolveu isolá-la fisicamente da casta catedrática foi a nota divulgada a respeito da morte de um garoto de 15 anos ocorrida em seu 'patrimônio'. O episódio lembra alguns do tempo do regime militar, como o caso do jornalista Vladimir Herzog."

Luiz C. Chaimsohn (São Paulo, SP)

"Espanta-nos verificar que uma universidade de tal nível se esquivava de maneira tão abjeta de responsabilidades em um caso sério e chocante."

Andréa Aguiar (Belo Horizonte, MG)

Injustiça em concurso para titular no IME

Dois concursos para titular realizados no Instituto de Matemática e Estatística têm provocado muita polêmica não só neste instituto, mas em toda comunidade matemática do Brasil. O inusitado do ocorrido refere-se à forma claramente parcial que uma mesma banca julgou, nos mesmos dias, dois concursos, cada um com um candidato. O candidato reprovado, professor Daciberg L. Gonçalves, apresentou recurso sobre o resultado da banca, que foi indeferido pela Congregação por 13 votos contra, 9 a favor e 1 em branco. Em seguida, nessa mesma sessão, o diretor do IME, professor Carlos A. Bragança, negou cinco pedidos de vistas ao processo de homologação do concurso, sendo inclusive um de Chefe de Departamento. O concurso foi homologado por 14 votos a favor, 8 contra e 1 em branco.

Segundo a representante dos MS-3, professora Maria Izabel Ramalho Martins, a comparação dos memoriais dos dois candidatos chocou todo o IME. Por exemplo, nos últimos cinco anos, professor Daciberg publicou (ou teve aceitos) 13 trabalhos em revistas de circulação internacional, com arbitragem. O candidato aprovado no outro concurso teve 4, sendo que um deles é em co-autoria com o professor Daciberg. Quanto à orientação e participação em bancas, Daciberg teve 4 alunos de doutorado (um em co-orientação) e participou em 15 bancas, sendo 12 de doutorado e 3 de livre-docência. O candidato aprovado, do outro concurso, teve 2 alunos de doutorado, 1 de mestrado e participou de 4 bancas de doutorado. Quanto ao engajamento institucional, Daciberg foi, entre outras atividades de representação, 6 anos chefe de departamento e 4 anos represen-

te do IME junto ao Conselho Universitário (dois anos como suplente). Por outro lado, o outro candidato foi suplente de representante MS-2 e MS-5 junto à Congregação e representante de associados no Conselho de Departamento.

Se já não bastasse o exposto acima para caracterizar o equívoco do resultado, foram apresentadas à Congregação, manifestações por escrito de 2 membros da banca. O próprio presidente, professor Michael Forger, em carta ao professor Daciberg, lamenta o ocorrido e indica que tentou um compromisso um dia antes da realização da prova que reprovou o candidato. Em outra carta dirigida à Congregação, o professor Forger reafirma o erro da reprovação e vai mais adiante quando critica esse colegiado por ter preterido as sugestões do Departamento e incluído

três não especialistas na banca (exatamente os que reprovaram). Um outro membro da comissão julgadora, professor da PUC-RJ, especialista na área do concurso, manifesta-se através de carta no mesmo sentido. Ressalta ainda que a mudança de critérios entre um concurso e outro foi apresentada com força pelos três que reprovaram.

Foram ainda apresentadas à Congregação cartas de dois especialistas de renome internacional (um da Universidade da Califórnia e o outro de Madison) contendo uma substanciada análise do trabalho acadêmico do professor Daciberg. Comparando-se essas avaliações com o relatório final da comissão julgadora, pode-se claramente perceber a pobreza deste último. O Regimento Geral da USP foi claramente desrespeitado pois requer um parecer consubs-

tanciado envolvendo todas as atividades do candidato.

Foi apresentado recurso contra a homologação que será decidido na próxima Congregação prevista para 27 de Novembro. Este organismo inclui, entre outros, um pró-reitor, o presidente da Comissão de Informática, o Diretor do Departamento de Informática da Reitoria, toda diretoria da Sociedade Brasileira de Matemática, o presidente da Associação Brasileira de Estatística, um membro da Cert e membros do comitê assessor do CNPq, da comissão de avaliação da Capes e da coordenadoria de área da Fapesp. Além do poder legal, a Congregação do IME parece ter peso acadêmico para reverter a injustiça cometida. Esperemos que tenha também o brio de fazer prevalecer a honestidade intelectual.

O Dedo de Daniel

Toda a comunidade da USP, estudantes, funcionários, mas sobretudo professores, está posta diante de um desafio: reagir à altura contra todos os fatores que possibilitaram a morte (ou o assassinato) de Daniel, ou se tornar cúmplice por omissão, merecendo então o juízo severo que diversos articulistas veicularam através da grande imprensa (“descompromisso da USP com a população”, “universidade conservadora e fechada em grupelhos”, etc.).

O comunicado à imprensa da Reitoria, em oito pontos, deverá servir, no futuro, como modelo da mentalidade pré-Declaração Universal dos Direitos do Homem: o primeiro se refere à “garantia da segurança e integridade física do patrimônio”, e em nenhum deles se lamenta, nem formalmente, a morte

do adolescente!

Então, chega. Vamos reverter esse quadro. O contrário é levar água ao moinho dos que acham que a universidade deve deixar de seu pública (isto é, sustentada pelo bolso do contribuinte) e gratuita, pois quem quiser viver numa redoma de cristal fora do alcance da população deveria pagar por isso.

Um recente ex-reitor costumava dizer que a USP é uma “universidade de Primeiro Mundo encravada num país de Terceiro Mundo”. Se isto fosse verdade — e não é — seria antes motivo de tristeza e de revolta do que de orgulho. A morte de Daniel é o dedo acusador do Quarto Mundo, apontado para as cabeças etéreas que só conseguem pensar no “paper” (será que não existe palavra portuguesa para isso?) em publicação “indexada”

(yes!) que a Cert está lhe cobrando (em inglês, please), tudo em troca de um salário bem “terceiro-mundista”.

É perfeitamente possível uma política que combine abertura do campus com segurança física e patrimonial. Basta abrir uma discussão democrática a respeito entre administração, representantes da comunidade universitária e da comunidade das regiões vizinhas, onde se estabelecem consensos, responsabilidades e compromissos. As responsabilidades pela morte de Daniel devem ser rigorosamente apuradas, os responsáveis levados para a Justiça. E não há meio-termo: é isso, ou a contribuição histórica da “primeiro-mundista” USP será a institucionalização universitária dos “pés-de-pato” — assassinos de aluguel.

Oswaldo Coggiola é
1º Vice-Presidente da Adusp

A USP está fechada a novas idéias

Célio Bermann, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) e Conselheiro da Adusp, mostra a realidade da sua unidade que se encontra sem possibilidade de oferecer cursos de graduação e dependente da iniciativa privada para manter seus docentes.

Como tem sido a sua participação como Conselheiro da Adusp aqui no IEE?

Célio - Tem uma particularidade no Instituto que é a seguinte: o IEE não é considerado, na universidade, uma unidade de ensino. O quadro de professores que está locado para este instituto é pequeno e está buscando que a carreira docente seja institucionalizada aqui. Temos um programa, que é o de pós-graduação em energia, cuja administração fica aqui mesmo, embora reúna também outras unidades, como a Poli, a Física e a FEA. Mas não temos um quadro de docentes efetivo.

E qual é a participação nas questões políticas da USP por parte destes professores? O fato de estarem excluídos da graduação gera desânimo?

Célio - Existe uma questão que tem unificado as perspectivas de reivindicação aqui no IEE que é a criação da carreira docente dentro do Instituto. Dentro da área de energia os professores estão envolvidos não apenas em dar aula, mas também na condução de pesquisas. E pertencem a um Instituto que é prestador de serviços dentro da universidade. Então, este tipo de relação pode ser extremamente interessante porque aponta para um modelo de interação universidade/empresa mas, por outro lado, aponta os limites desta interação: as dificuldades de você não ter autonomia nas pesquisas e no desenvolvimento do conhecimento; ter de buscar recursos financeiros que não sejam diretamente os da USP.

De quanto é a dependência financeira do IEE em relação à iniciativa priva-

da? Vocês recebem verbas da USP?

Célio - 50% da receita do IEE vem da universidade e os outros 50% vem via recursos externos, basicamente prestação de serviços.

Como Conselheiro da Adusp você tem conseguido unir estes professores em torno deste interesse comum, que é a criação de uma carreira docente?

Célio - Esta dificuldade de criação de uma carreira docente, esta precarização do ensino e da pesquisa dentro do Instituto, que é de certa forma uma amostra do que está acontecendo no resto da universidade, reflete a própria dificuldade de se conseguir mudanças dentro da universidade. A USP não está aberta às possibilidades, por exemplo, de atividades inter-unidades, como é este nosso curso de pós-graduação. Então o que acontece? Se a graduação já está sendo desenvolvida entre outras unidades, como a Física e a Poli, ao IEE não há nenhum espaço. Esta ausência poderia ser solucionada numa estrutura menos fechada, com a participação dos professores do IEE nas unidades de ensino que têm a graduação. Isso não acontece; a reitoria não está aberta a coisas novas.

Vocês já tentaram fazer esta reivindicação?

Célio - O que nós percebemos é que a falta de espaço de discussão destas questões, que não são só do IEE, esta falta de espaço para reflexão, e talvez aí pudesse entrar a participação da Adusp, é o ponto onde devemos batalhar. Não devemos nos limitar às gestões burocráticas, a

Daniel Garcia



Célio Bermann

planos e intenções formulados em papel, em regimentos internos, mas buscar na discussão aberta, democrática, mecanismos que possam auxiliar a transformar a estrutura da universidade em algo mais flexível para permitir que estas novas possibilidades possam ser efetivadas.

Onde a integração Adusp/IEE poderia ajudar nesta discussão?

Célio - Eu diria que o problema não é só do IEE. A Adusp já tem encaminhado esta questão da precariedade dos contratos há bastante tempo, e o que a gente tem conseguido foram poucos avanços junto à reitoria.

O que você espera do novo reitor?

Célio - O processo de esvaziamento da universidade já está ocorrendo há bastante tempo. Eu diria que há uma forte chance da próxima administração de não reverter este tendência. Isto chama nossa responsabilidade, enquanto Adusp, no sentido de procurar, através do trabalho sindical junto aos docentes, ser um dos atores para mitigar as conseqüências desastrosas para o ensino, para a pesquisa e para a universidade como um todo.

Conad reafirma defesa do ensino público

Entre os dias 23 e 26 de outubro último, ocorreu em Belém do Pará o XXXV Conad (Conselho Nacional das Instituições de Ensino Superior). Participaram do evento professores de todo país, representando cerca de 70 sindicatos filiados à Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes). O evento teve por objetivo debater temas relativos à educação e posicionamentos, serem seguidos diante dos novos contextos políticos do país.

Representando a Adusp estiveram no encontro os professores Osvaldo Coggiola e Otaviano Helene. Apesar da dificuldade financeira de muitas delegações, o número de presentes foi expressivo. Na opinião de Coggiola "O Conad serviu para mostrar que a Andes está viva". O evento foi precedido pelo Encontro Nacional sobre a Questão da Terra, que assegurou como imprescindível a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade contra as políticas do atual governo.

Os inúmeros temas debatidos tiveram em comum os discursos emocionados que mostraram a preocupação dos presentes frente a situação da educação no Brasil. No tópico "Universidades Estaduais", o encontro reafirmou uma posição de luta a favor da garantia de um ensino público e gratuito, como uma resposta aos constantes ataques que estas instituições vêm sofrendo, principalmente na imprensa.

Associações de Docentes são contra a privatização da Previdência

No último Informativo Adusp publicamos matéria sobre a criação de um sistema de previdência privada para os professores da USP e demais funcionários públicos do Estado de São Paulo. Nesta edição, os presidentes das Associações de Docentes da USP, Unesp e Unicamp analisam esta ação do governo estadual e se colocam contrários à privatização das aposentadorias.

A repercussão dentre as associações de docentes foi grande e nada favorável a esta política do governo Mário Covas. Para Jair Borin, presidente da Adusp, as experiências de criação de fundos de complementação de aposentadoria no Brasil têm sido frustrantes, resultado da falta de controle e das condições próprias de um país onde a economia está sob constante turbulência. "Capemi, Montepio Militar e Mongeral, que eram fundos poderosos, estão todos quebrados e não pagam nada a ninguém", afirma Borin. Com a mesma preocupação, Antônio de Andrade, presidente da Adunesp (Associação de Docentes da Unesp), pergunta: "Quem irá garantir que os fundos privados de pensão não seguirão os mesmos caminhos dos paraísos fiscais, dos recursos de Fundo de Garantia que hoje representam um rombo imenso nas contas do Governo?"

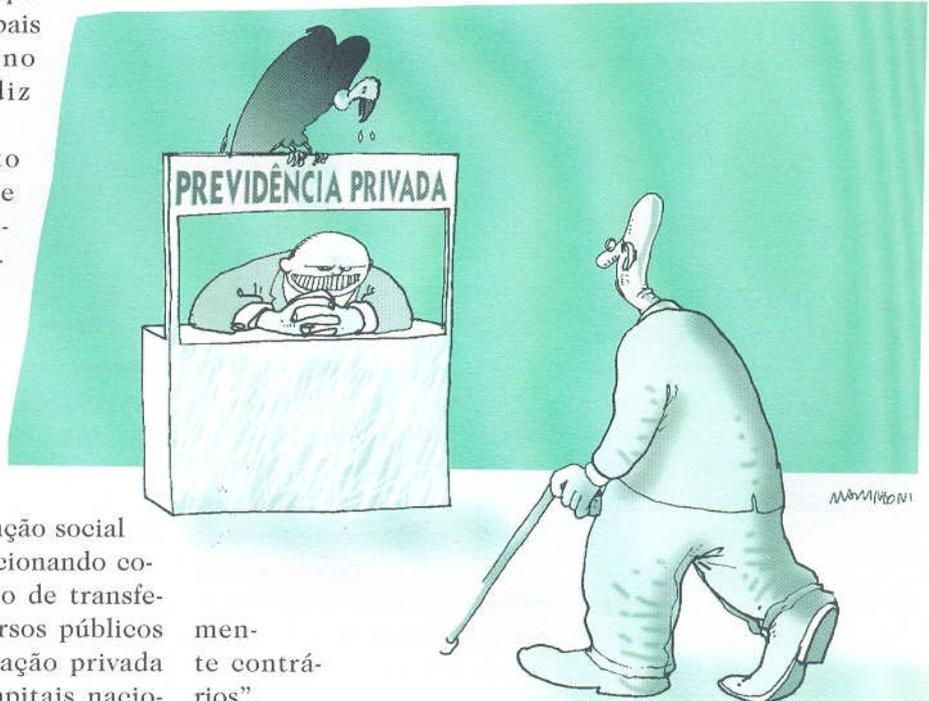
Além dessa preocupação a respeito de quem garantirá que estes fundos cumprirão a sua função e pagarão os seus contribuintes, vários outros problemas foram levantados. Por exemplo, como ressalta Osmar Marchese, diretor da Adunicamp (Associação dos Docentes da Unicamp), não houve participação de nenhuma entidade representativa, sindicato ou associação dos trabalhadores (ativos e inativos) para ver o que eles achavam a respeito da criação de tal fundo. "Foi uma iniciativa que não contou

com a participação dos principais interessados no assunto", diz Marchese.

O contexto geral em que se encaixa o estudo de implementação do sistema de previdência privada é, segundo Antônio Andrade, "uma desobrigação da função social do Estado, funcionando como instrumento de transferência de recursos públicos para a acumulação privada dos grandes capitais nacionais e internacionais".

Uma outra questão colocada é se a única saída para o Sistema de Previdência no Brasil é realmente a criação de Fundos de Capitalização. Para Jair Borin, o atual sistema de INSS estaria numa situação invejável, caso fosse bem administrado e recebesse as dívidas das empresas que deixaram de recolher as contribuições devidas de seus trabalhadores.

Segundo Osmar Marchese, é preocupante que o Governo do Estado de São Paulo esteja se adiantando até mesmo às próprias medidas do governo FHC no que tange à privatização de serviços, até então, de obrigação exclusiva do Estado. A reação dos representantes dos docentes das três grandes universidades de São Paulo (USP, Unesp e Unicamp) é resumida nas palavras de Marchese: "Somos absoluta-



mente contrários".

Em entrevista ao *Jornal do Campus*, edição nº 192, o vice-presidente da Adusp, Marcos Nascimento Magalhães, disse que a previdência privada não é uma alternativa para a universidade. Para ele, se o governo do Estado de São Paulo seguir as propostas do presidente Fernando Henrique Cardoso, "talvez tente se eximir da sua responsabilidade com as aposentadorias dos funcio-

nários públicos". Marcos Magalhães diz, ainda, que, se o governo ou a reitoria pretendem fazer mudanças na previdência, a universidade, através de suas entidades, precisa opinar. "Combater a evasão fiscal e taxar rendas especulativas são mecanismos para buscar o financiamento social", propõe o vice-presidente da Adusp.

Conheça a proposta do governo

O governo do estado de São Paulo vai implantar, até o final de 1998, um sistema de previdência privada para os servidores públicos, inclusive docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas. O projeto está sendo desenvolvido pela Secretaria da Administração, que investirá R\$ 2,5 milhões em estudos e implantação do sistema. O novo modelo assemelha-se ao praticado nos EUA e Chile. O trabalhador vai receber de aposentadoria o que conseguir "comprar" durante o período de capitalização.